

SUMÁRIO

Parte I Teoria Geral dos Recursos Cíveis

Capítulo I. Noções Gerais	29
1. Excertos iniciais	29
1.1 Distinções entre processo e procedimento.....	29
2. Atos processuais	30
2.1 Pronunciamentos judiciais passíveis ou não de recurso (arts. 203 a 205/CPC/15)	30
2.1.1 Sentença	30
2.1.2 Decisão interlocutória.....	34
2.1.3 Despachos.....	36
2.1.4 Atos meramente ordinatórios	38
2.1.5 Pronunciamentos proferidos nos tribunais.....	38
3. Conceito de Recurso	40
4. Natureza Jurídica	42
5. Finalidade dos Recursos	43
6. O órgão revisor e o processamento do recurso	45
7. Espécies e classificações dos recursos cíveis	45
8. Recurso adesivo	47
9. Nomenclatura	53
Capítulo II. Princípios Norteadores da Sistemática Recursal	59
1. Princípio do duplo grau de jurisdição	59
1.1 O duplo grau é princípio ou garantia constitucional?.....	61
2. Princípio da colegialidade	64
2.1 Princípio da reserva de plenário.....	66
3. Princípio da taxatividade recursal (ou da correlação, ou da tipicidade, ou do cabimento, ou da adequação, ou, ainda, da correspondência)	67
4. Princípio da unirrrecorribilidade (ou da unicidade, ou da singularidade)	69
5. Princípio da fungibilidade recursal	72
5.1 Fungibilidade recursal expressa no CPC/15	73
5.1.1 Artigo 1.024, § 3º – conversão de embargos de declaração em agravo interno.....	73

5.1.2	Artigos 1.032 e 1.033 – conversão de recurso especial em extraordinário e vice-versa.....	74
5.2	Requisitos para aplicação da fungibilidade recursal fora das duas situações previstas no texto legal.....	75
6.	Princípio da dialeticidade.....	80
7.	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	82
8.	Princípio da ampla defesa e contraditório	85
9.	Princípio da voluntariedade.....	87
10.	Princípio da Preclusão Consumativa (Consumação) ou Não Complementaridade.....	88
11.	Princípio do Ônus do Recurso ou da Sucumbência Recursal.....	89
12.	Princípio da Primazia do Julgamento do Mérito Recursal ou da Mitigação da Jurisprudência Defensiva	93
Capítulo III.	Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito	111
1.	Considerações Iniciais.....	111
2.	Distinções entre o juízo de admissibilidade e o juízo de méritos recursais	112
3.	Competência para o juízo de admissibilidade recursal	114
4.	Requisitos de admissibilidade	116
4.1	Relação dos requisitos de admissibilidade.....	118
4.1.1	Cabimento	118
4.1.2	Legitimidade para recorrer	118
4.1.2.1	Parte vencida	118
4.1.2.2	Terceiro prejudicado.....	119
4.1.2.3	Legitimados não expressamente previstos.....	124
4.1.2.4	Ministério Público.....	126
4.1.3	Interesse em recorrer	128
4.1.3.1	Interesse recursal na cumulação de pedidos	130
4.1.3.2	Casuísticas quanto ao interesse em recorrer	131
4.1.4	Tempestividade	133
4.1.4.1	Prazos especiais.....	144
4.1.4.2	Meios peculiares de interposição de recurso e consequências para o prazo recursal	145
4.1.4.3	A (in)tempestividade do “recurso prematuro”	147
4.1.4.4	Ausência de publicação da decisão em nome do advogado indicado pela parte	149
4.1.5	Preparo	150
4.1.6	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer.....	155
4.1.7	Regularidade formal.....	162
5.	As consequências da ausência dos requisitos de admissibilidade diante do princípio insculpido no CPC/15 da “primazia do julgamento do mérito” – vícios sanáveis e vícios insanáveis	166
5.1	Vícios sanáveis.....	167
5.2	Vícios insanáveis.....	170
6.	Juízo de mérito	171

6.1 Mérito da causa e mérito do recurso	172
6.2 Alegações de mérito – “error in procedendo” e “error in iudicando”	174
Capítulo IV. Efeitos dos Recursos	181
1. Introito	181
1.1 Efeito obstativo	181
1.2 Efeito devolutivo	181
1.2.1 Quanto à extensão	183
1.2.1.1 Extensão e matérias de ordem pública	185
1.2.2 Quanto à profundidade	189
1.3 Efeito suspensivo	194
1.3.1 Efeito ativo (contrassuspensivo ou suspensivo inverso), uma tutela provisória recursal	205
1.3.2 Efeito suspensivo x cumprimento provisório de sentença	207
1.4 De volta ao “efeito devolutivo – “subefeitos” do efeito devolutivo ou qualidades (ou caracteres) inerentes a algumas espécies recursais	211
1.4.1 Efeito ou caráter regressivo (ou de retratação)	211
1.4.2 Efeitos ou caracteres “condicionado” e “diferido”	213
1.4.3 Efeito ou caráter substitutivo	214
1.4.4 Efeito ou caráter expansivo	216
1.4.4.1 Efeito ou caráter expansivo objetivo (interno e externo)	217
1.4.4.2 Efeito ou caráter expansivo subjetivo (ou extensão subjetiva dos efeitos do julgamento – quanto às partes)	218
1.4.5 Efeito ou caráter translativo	219
1.4.6 Efeito ou caráter anulatório	222
1.4.7 Efeito ou caráter integrativo	222
Capítulo V. Do Processamento e Julgamento dos Recursos nos Tribunais	229
1. Do procedimento dos recursos nos tribunais	229
1.1 Do protocolo, registro e distribuição dos processos	229
1.2 Dos poderes e incumbências do relator	231
1.2.1 Da recorribilidade das decisões do relator	263
1.3 Fato superveniente à decisão recorrida	264
1.4 Da ordem de julgamento, inclusão e publicação da pauta	266
1.5 Da sessão de julgamento – sustentação oral	266
1.6 Questões preliminares e votação	268
1.7 Do pedido de vista	269
1.8 Ampliação do colegiado em caso de divergência (técnica de ampliação do colegiado) ...	271
1.9 Publicação do acórdão	283
1.10 Composição e ordem de julgamento da apelação e do agravo de instrumento	284

Parte II
Outros meios de impugnação de decisões judiciais – Sucadâneos
Recursais e Ações Autônomas de Impugnação

Capítulo VI. Outros Meios de Impugnação de Decisões Judiciais – Sucadâneos Recursais e Ações Autônomas de Impugnação	293
1. Meios de Impugnação de decisões judiciais – generalidades	293
1.1 Sucadâneos Recursais.....	294
1.1.1 Espécies de sucedâneos recursais	295
1.1.1.1 Correição parcial.....	295
1.1.1.2 Suspensão da segurança.....	298
1.1.1.3 Pedido de reconsideração	301
1.1.1.4 Remessa necessária (reexame necessário)	303
1.1.1.5 Técnica de ampliação do órgão colegiado do novel art. 942 do CPC/15	310
1.2 Ações autônomas de impugnação	311
1.2.1 Das diversas espécies de ações autônomas de impugnação.....	311
1.2.1.1 Reclamação	311
1.2.1.1.1 Questões temporais e procedimentais.....	321
1.2.1.2 Ação rescisória	329
1.2.1.2.1 Ação rescisória contra coisa julgada formal e contra decisão de inadmissão de recurso (§ 2º do art. 966 do CPC/15)	334
1.2.1.2.2 Requisitos	336
1.2.1.2.2.1 Se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (inc. I).....	358
1.2.1.2.2.2 For proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente (inc. II).....	359
1.2.1.2.2.3 Resultar de dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da parte vencida ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei (Inc. III)	361
1.2.1.2.2.4 Ofender a coisa julgada (inc. IV).....	363
1.2.1.2.2.4.1 Concomitância de coisas julgadas...	365
1.2.1.2.2.5 Violação manifesta da norma jurídica (inc. V)	369
1.2.1.2.2.5.1 Contrariedade à norma jurídica e precedentes – cabimento da ação rescisória (ainda sobre o inciso V)....	372
1.2.1.2.2.5.2 Peculiaridades acerca do inciso V (§ 5º e § 6º do art. 966).....	378
1.2.1.2.2.6 For fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória (inc. VI)	379

1.2.1.2.2.7	Obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável (inc. VII)	380
1.2.1.2.2.7.1	Prova nova e exame de DNA	382
1.2.1.2.2.8	For fundada em erro de fato verificável do exame dos autos (inc. VIII).....	385
1.2.1.2.2.9	Fundamento para invalidar confissão, desistência e transação (retirado do CPC/15)	386
1.2.1.2.3	Legitimidade	387
1.2.1.2.4	Procedimento	393
1.2.1.2.5	Disposições finais.....	403
1.2.1.3	Ação anulatória prevista no art. § 4º do art. 966	405
1.2.1.3.1	Ação anulatória em relação a atos processuais	407
1.2.1.3.2	A questão da ação anulatória e os atos processuais que não exigem homologação	410
1.2.1.3.3	Polêmicas acerca do cabimento da ação anulatória	413
1.2.1.3.4	Ação anulatória e conteúdo da decisão homologatória – trânsito em julgado.....	413
1.2.1.3.5	Informações gerais envolvendo a ação anulatória.....	420
1.2.1.3.6	Situação excepcional do art. 658 do CPC.....	421
1.2.1.4	<i>Querela nullitatis insanabilis</i> – transrescisória	422
1.2.1.5	Mandado de segurança contra ato judicial.....	431
1.2.1.5.1	Decisões interlocutórias no CPC/15 e mandado de segurança	437
1.2.1.5.2	Prazo para o mandado de segurança e trânsito em julgado da decisão	440
1.2.1.5.3	Utilização do mandado de segurança contra decisões proferidas nos Juizados Especiais Cíveis.....	441

Parte III

Recursos em Espécie

Capítulo VII. Apelação	463
1. A evolução do conceito legal de sentença e o CPC/15	463
2. Cabimento	468
2.1 Causas internacionais (art. 1.027, II, “b”, CPC c/c arts. 36 e 37 da Lei 8038-90)	475
2.2 Recurso inominado contra sentença nos Juizados Especiais (Leis 9.099/95, 10.259/01 e 12.153/09).....	475
2.3 Embargos infringentes de alçada contra sentenças proferidas em execução fiscal de até 50 ORTN (Lei 6.830/80)	477
2.4 Sentença decretatória de falência (Lei 11.101/05)	478
2.5 “Sentença” parcial de mérito também se constitui num exemplo excepcional de sentença não passível de apelação?.....	479
3. Legitimidade para apelar	481
4. Fundamentos que podem ser alegados	482

5. Requisitos da petição de apelação (art. 1.010/CPC)	484
6. Preparo	489
7. Procedimento no juízo a quo	490
8. Procedimento no juízo ad quem.....	494
9. Efeitos	500
9.1 Efeito suspensivo	501
9.1.1 Efeito ativo (contrassuspensivo ou suspensivo inverso), uma “tutela provisória no âmbito recursal”	513
9.1.2 Procedimento do requerimento do efeito suspensivo ou ativo	516
9.1.3 Efeito suspensivo quanto a capítulos da sentença e ações conexas	516
9.1.4 Efeito suspensivo e as tutelas provisórias deferidas no processo	518
9.2 Efeito devolutivo	520
9.2.1 Teoria da “causa madura” e análise dos incisos do § 3º	523
9.2.2 Art. 1.013, §§ 3º e 4º vs. duplo grau de jurisdição.....	531
9.2.3 Art. 1.013, § 3º – <i>ex officio</i> ou a requerimento da parte?	532
9.2.4 O art. 1.013, § 3º, como hipótese excepcional de <i>reformatio in pejus</i>	533
9.2.5 O art. 1.013, §§ 3º e 4º, e matérias de ordem pública	534
10. Alegação de novos fatos (art. 1.014).....	537
11. Hipóteses excepcionais do juízo de retratação de sentença (efeito ou caráter regressivo)	541
12. Apelação na pendência de julgamento de embargos de declaração.....	547
Capítulo VIII. Agravo de Instrumento	555
1. Conceito e cabimento	556
2. Modalidades de agravo	558
2.1 A extinção da modalidade de agravo na forma retida e sua substituição pelo formato previsto no § 1º do art. 1.009 do CPC/15, que trata das decisões interlocutórias impugnáveis pela via da apelação	559
2.2 Agravo de instrumento – hipóteses de cabimento	562
2.2.1 Tutelas provisórias	563
2.2.2 Mérito do processo	572
2.2.3 Rejeição da alegação de convenção de arbitragem.....	580
2.2.4 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	582
2.2.5 Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação	587
2.2.6 Exibição ou posse de documento ou coisa.....	589
2.2.7 Exclusão de litisconsorte	592
2.2.8 Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio	594
2.2.9 Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros.....	596
2.2.10 Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução.....	605
2.2.11 Redistribuição no ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º	612
2.2.12 Outros casos expressamente referidos em lei.....	614

2.2.13. Decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário	617
3. Quanto às decisões interlocutórias capazes de causar prejuízo à parte (<i>periculum in mora</i>), mas não passíveis de agravo de instrumento (não listadas no rol do art. 1.015 do CPC/15) – Rol taxativo?	622
3.1 Possibilidade de flexibilização ou ampliação das hipóteses agraváveis.....	625
3.2 A visão do STJ sobre o tema. Julgamento de Recursos Especiais representativos da controvérsia (repetitivos) – REsp 1.696.396/MT e 1.704.520/MT (ambos com acórdãos publicados no DJe de 19/12/2018).....	635
3.3 Possibilidade do uso do mandado de segurança contra ato judicial	642
4. Decisões que podem suscitar dúvidas quanto ao recurso cabível (art. 548, III – na ação de consignação em pagamento; e, art. 550, § 5º – na ação de exigir contas, ambos do CPC/15) – aplicação do princípio da fungibilidade recursal?	650
5. Procedimento do agravo de instrumento	654
5.1 Prazo, competência, requisitos, interposição e preparo	654
5.2 A formação do “instrumento”	657
5.2.1 Peças “obrigatórias”	658
5.2.2 Peças “facultativas” e peças “essenciais”	664
5.3 Comunicação ao juízo <i>a quo</i>	665
5.4 Poderes (incumbências) do relator (art. 1.019/CPC).....	670
5.4.1 Aplicação do inciso V do art. 932 no agravo de instrumento.....	675
5.5 Da recorribilidade das decisões do relator	684
6. Superveniência de sentença enquanto pendente agravo de instrumento	684
7. Agravo de instrumento no microsistema dos Juizados Especiais	692
8. Considerações finais sobre a alteração legislativa do CPC/15 ao regime do agravo de instrumento.....	698
Capítulo IX. Agravo Interno	709
1. Agravo interno.....	709
1.1 Procedimento do agravo interno.....	713
1.1.1 Prazo, endereçamento, resposta e retratação	713
1.1.2 Exigência legal da impugnação específica e do novo julgamento com fundamentação específica	715
1.1.3 Julgamento.....	717
1.1.4 Improcedência ou inadmissão por votação unânime e constitucionalidade da multa.....	718
1.1.5 Sustentação oral – impossibilidade	721
1.1.6 Efeitos.....	722
1.1.7 Fungibilidade recursal.....	723
Capítulo X. Embargos de Declaração	727
1. Conceito e cabimento	727
1.1 Art. 1.022 – inciso I – esclarecer obscuridade ou eliminar contradição.....	731

1.2	Art. 1.022 – inciso II – suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento.....	732
1.3	Art. 1.022 – inciso III – corrigir erro material.....	747
2.	Natureza Jurídica dos embargos de declaração.....	748
3.	Efeitos infringentes ou modificativos.....	750
4.	Procedimento.....	754
4.1	Fungibilidade entre embargos de declaração e agravo interno.....	754
4.2	Processamento.....	755
4.3	Efeitos.....	762
5.	Embargos manifestamente protelatórios.....	774
6.	Embargos de declaração prequestionadores.....	779
Capítulo XI. Recurso Ordinário.....		797
1.	Conceito.....	797
2.	Cabimento.....	799
3.	Procedimento.....	807
3.1	Prazo, endereçamento, requisitos de admissibilidade.....	807
3.2	Recurso ordinário na forma adesiva.....	813
3.3	Fungibilidade.....	814
3.4	Efeitos.....	817
3.4.1	Efeito suspensivo.....	817
3.4.2	Efeito ativo.....	820
3.5	Processamento do recurso no órgão <i>ad quem</i>	821
Capítulo XII. Recurso Extraordinário e Recurso Especial.....		829
1.	Considerações iniciais.....	829
2.	Recurso extraordinário.....	832
2.1	Previsão legal.....	833
2.2	Requisitos de admissibilidade.....	850
2.2.1	Prévio exaurimento da via ordinária – “causa decidida em única ou última instância” (art. 102 – III, <i>caput</i> , da CF/88).....	851
2.2.2	Discussão sobre matéria de direito (notadamente direito constitucional) e não sobre matéria fática.....	855
2.2.3	Pquestionamento “causa decidida” (art. 102 – III, <i>caput</i> , da CF/88).....	860
2.2.4	Existência de repercussão geral.....	881
3.	Recurso especial.....	899
3.1	Previsão legal.....	901
3.2	Requisitos de admissibilidade.....	916
3.2.1	Prévio exaurimento da via ordinária – decisão emitida por tribunal.....	917
3.2.2	Discussão sobre matéria de direito (notadamente direito infraconstitucional) e não sobre matéria fática.....	918
3.2.3	Pquestionamento – “causa decidida” (art. 105 – III, <i>caput</i> , da CF/88).....	922

3.2.4	Arguição de relevância (EC 125/22, pendente de regulamentação por lei ordinária)	923
4.	Procedimento dos Recursos Especial e Extraordinário	924
4.1	No juízo <i>a quo</i>	924
4.2	Efeitos dos recursos extraordinário e especial	934
4.3	Admissibilidade dos recursos especial e extraordinário no tribunal de origem (primeira análise da admissibilidade).....	937
5.	Processamento e julgamento dos recursos especial e extraordinário nos tribunais superiores: (nova análise dos requisitos de admissibilidade e regras de sanabilidade)	943
5.1	Artigos 1.032 e 1.033 – Conversão de recurso especial em extraordinário e vice-versa	948
5.2	Do julgamento do mérito dos recursos especial e extraordinário.....	952
5.2.1	Questão da devolutividade e profundidade do exame dos recursos excepcionais pelo STJ ou STF (plano vertical)	956
6.	Agravo de admissão em recurso especial e em recurso extraordinário – art. 1.042 do CPC/15.....	964
6.1	Agravo de admissão x agravo interno x embargos de declaração	964
6.2	Especificamente sobre o agravo de admissão do art. 1.042.....	971
7.	Concomitância de interposição dos dois recursos excepcionais.....	978
8.	Recurso extraordinário contra decisão do STJ que julgou o Recurso Especial.....	984
9.	Julgamento por amostragem de recursos especiais ou extraordinários repetitivos (art. 1.036)	985
9.1	Procedimento dos repetitivos nos órgãos superiores (arts. 1.037/1.041)	993
9.1.1	Outros poderes-incumbências do relator no processamento dos repetitivos nos órgãos superiores (art. 1.038)	998
9.1.2	Reflexos do julgamento dos recursos repetitivos (arts. 1.039/1.041 CPC/15)	1001
Capítulo XIII. Embargos de Divergência.....		1019
1. Conceito.....		1019
2. Hipóteses de cabimento.....		1020
3. Procedimento.....		1027
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		1039